

O tema justica social assume uma grande relevância na atualidade. Desde os anos 70 do século passado, o mundo é marcado por uma crescente acumulação de riquezas, pelo dramático aumento da desigualdade social, pelo drástico enfraquecimento da democracia, assim como, na linha da teoria do capital humano, pela crescente transformação da educação em meio de converter os sujeitos humanos em seres economicamente produtivos. Organismos internacionais, como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, continuam a estimular, com base na teoria do capital humano, uma concepção de educação que tem como norte o investimento pessoal produtivo visando a dar conta da competitividade econômica em escala global e do rendimento individual. Nessa teoria, sustentáculo da nova ordem educacional mundial, o capital humano é concebido fundamentalmente como um bem privado, concernente aos conhecimentos que podem ser valorados economicamente e incorporados aos indivíduos, bem este alicerçado em seus conhecimentos, qualificações, competências e características individuais. Nesse cenário, configura-se uma crise da educação em escala global, entre outros fatores, pela concentração de riquezas e pela redução de direitos, modelo esse que mercantiliza a educação e desonera o Estado de sua responsabilidade para com ela.

O fundamento ideológico da nova ordem educativa mundial, que concebe a pessoa como recurso humano e como consumidor a satisfazer, é difundido visando à formação de trabalhadores em condições de se adequarem, no que tange a conhecimentos e técnicas, às novas exigências produtivas e organizacionais em um con-

http://dx.doi.org/10.5335/rep.v26i3.9874

texto marcado fortemente pela reestruturação dos processos produtivos. Trata-se de uma nova ordem educativa em que o sistema educacional volta-se para a competitividade econômica, é gerenciado segundo o modelo empresarial e estruturado como um mercado. A educação deixa de constituir-se em um meio de democratização da cultura e passa a ser considerada como um bem de capital. Nessa lógica, a educação é transformada em um negócio privado de consumidores que buscam maximizar seus interesses.

Apresenta-se, assim, um novo modo de configuração da sociabilidade que afeta diretamente tanto a forma de constituição dos processos de individualização quanto o modo como se compreendem a ideia de um mundo comum e a democracia. Também para a educação em prol da constituição de um ethos justo e democrático, as consequências desse estado de coisas são profundas. Sob tal lógica, os direitos são convertidos em produtos, e o cidadão, em mero consumidor destes. Todavia, para além da desigualdade e de todas as consequências que decorrem dela, esse modelo atinge a educação dos sujeitos e a formação da vontade democrática. Na base de uma sociedade marcada pelo esgotamento da democracia liberal, na qual mais e mais a educação é enfraquecida em sua condição de bem comum e direito de todos, multiplicam-se formas de desigualdade e de injustiça social.

Urge, pois, pensar novas perspectivas que, considerando o atual cenário sociopolítico-educativo, ajudem a lançar luzes sobre a necessária articulação entre justica social e educação. Apesar do cenário amplamente desfavorável em que se encontra a educação no Brasil atual, sua esfera constitui-se, mesmo assim, em um significativo e poderoso âmbito de resistência ao modelo neoliberal e a suas formas estruturais de práticas de injustiça social. A educação formal constitui-se ainda como uma importante esfera capaz de alavancar valores democráticos e, em sua dimensão socializadora, o fomento da justiça social.

Mediante as questões até aqui apresentadas, a Revista Espaço Pedagógico dedica o volume 26, número 3, à publicação de um conjunto de artigos e resenhas subscritos por pesquisadores de diversas instituições e países, como Argentina, Brasil, México e Portugal. Seguindo o escopo da revista, o primeiro conjunto de artigos compõe o dossiê intitulado Justiça Social e Educação. Os demais artigos são oriundos do fluxo contínuo e versam sobre as mais variadas temáticas de interesse educacional.

"Justicia social, democracia y educación: la vigencia de viejos legados y desafíos presentes" é o título do trabalho do professor Juan Carlos Geneyro, pesquisador da Universidad Nacional de Río Negro e da Universidad Nacional de Lanús,

Argentina. Na sequência, está o artigo do professor Pedro Flores-Crespo, professor-investigador da Universidad Autónoma de Querétaro, México, que aborda "La participación social en la escuela en México: ¿un problema de democracia y cultura política?". O professor associado do Instituto de Educação da Universidade do Minho, em Portugal, Manuel Goncalves Barbosa, apresenta o debate "Educação, justiça e empoderamento". De autoria do professor Sidinei Pithan da Silva, pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, mestrado e doutorado, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, tem-se o artigo intitulado "Educação e justiça social na contemporaneidade: repensando o sentido da docência no âmbito escolar". Também é de pesquisadores gaúchos o artigo "Educação ambiental e justiça social: reflexões em tempos de solidão democrática", assinado por Vilmar Alves Pereira e Simone Grohs Freire, ligados ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande. Da Universidade Federal do Paraná procede o artigo "Educação e justiça social à luz da teoria crítica da sociedade", dos pesquisadores Geraldo Balduino Horn e Luciana Vieira de Lima. Eldon Henrique Mühl e Elisa Mainardi, professores da Universidade de Passo Fundo, assinam o artigo denominado "Educação, justiça social e direitos humanos: desafios da educação escolar". "Lei de cotas e promoção da justiça social: percepções de estudantes cotistas de um instituto federal" tem autoria da docente Fabiana Rodrigues de Sousa, do Programa de Mestrado em Educação Sociocomunitária, do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, e da assistente social Ilca Freitas Nascimento. Simone Gonçalves da Silva, pesquisadora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, e Juliana Mezomo Cantarelli, docente efetiva do Instituto Federal Farroupilha, subscrevem o artigo "Justiça social e discurso neoliberal: problematizações sobre a Base Nacional Comum Curricular". Encerra o dossiê o artigo "Desigualdades educacionais como obstáculo à justiça social: análise da infraestrutura de escolas de Minas Gerais", de Marisa Ribeiro Teixeira Duarte, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, e Daniel Santos Braga, docente no curso de Pedagogia, do Centro Universitário Newton Paiva, em Belo Horizonte.

Na parte de fluxo contínuo, estão publicados os seguintes trabalhos: "Tempo de estudo, rendimento e estratégias de aprendizagem de alunos do 5º ano do ensino fundamental de escolas públicas municipais", de Jussara Cristina Barboza Tortella e Vivian Annicchini Forner, pesquisadoras vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; "Saberes da formação profissional docente: uma análise a partir do contexto Pibid", de autoria de Ana Lucia Pereira, Tatiane Skeika e Leila Inês Follmann Freire, ligadas à Universidade Estadual de Ponta Grossa; "O espaco da formação inicial do coordenador pedagógico", de Susana Soares Tozetto e Priscila Gabriele da Luz Kailer, também da Universidade Estadual de Ponta Grossa; "O atendimento educacional especializado para a educação infantil em Caxias do Sul", de Cláudia Rodrigues de Freitas, Joseane Frassoni dos Santos e Clarissa Haas, pesquisadoras vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; por fim, "Educação escolar e direitos indígenas: uma revisão integrativa de teses e dissertações a partir do BDTD", assinado por Claudio Emídio Silva e Lucas Antunes Furtado, respectivamente, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e da Universidade Federal do Amazonas.

Na seção Diálogo com Educadores, a entrevistada foi Margarita Sgró, professora titular do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, com sede na cidade de Tandil, Argentina.

Duas resenhas encerram este número da Revista Espaco Pedagógico. Renata Maraschin apresenta o livro *Elogio da escola*, organizado, entre outros, por Jorge Larrosa e publicado em 2017; e Ênio Freire de Paula nos conduz pela obra de Massimiano Bucchi, intitulada O frango de Newton: a ciência na cozinha, publicada em 2015, com tradução de Regina Célia da Silva.

Com esta edição, a Revista Espaço Pedagógico espera contribuir para a ampliação do debate sobre o tema justiça social, em estreita interlocução com o campo educacional, de modo a fomentar saberes e práticas de enfrentamento às condições de desigualdade que permeiam as relações humanas na contemporaneidade.

> Ângelo Vitório Cenci (Organizador) Flávia Eloisa Caimi (Editora-Chefe)